



## AMIES integra o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Pexels Diva Plavalaguna

Para ampliar sua atuação no debate acerca do ensino de qualidade no país e contribuir para o aprimoramento do marco regulatório da educação superior, a AMIES passa a integrar o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Criada em 2008, a instituição tem como objetivo defender os legítimos interesses das instituições privadas e tem como missão formular propostas que visem assegurar o direito da livre iniciativa das instituições educacionais, de modo a contribuir com o desenvolvimento do setor, sempre dentro dos princípios da qualificação da oferta de cursos e do melhor atendimento aos estudantes.

A adesão da AMIES vai ao encontro do propósito de manter um diálogo respeitoso com o Poder Público, além de apresentar e defender os interesses de mantenedoras de instituições de ensino superior lideradas por educadores. "A entrada da AMIES no Fórum acrescenta um importante passo na ampliação da nossa representatividade. Juntos por uma educação mais forte! A liderança do deputado Moses Rodrigues, à frente da AMIES, é a garantia de sucesso na nossa luta no Congresso Nacional", enfatizou o diretor executivo do Fórum, Andrei Candiota.

Logo após a filiação (*foto ao lado*), a AMIES foi signatária de ofício encaminhado ao ministro da Educação, Camilo Santana, para abordar situações pendentes em relação ao Programa Universidade para Todos (Prouni). Uma delas tratava sobre a necessidade de regulamentação por parte da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) para autorização

prévia de ampliação de vagas dos cursos de medicina e direito, para garantir a continuidade da oferta de bolsas integrais e parciais (*veja mais a seguir*). A segunda situação dizia respeito à disponibilização no Sistema do Prouni de um campo em que as instituições que têm Certificação Beneficente de Assistência Social (Cebas), e que cumprem a gratuidade via Prouni, devem optar por proporções para gerar o quantitativo de bolsas a serem concedidas no próximo semestre. "O esforço do setor é para que o Prouni seja preservado e siga como principal política pública de ingresso na educação superior", frisou o documento.

A AMIES também participa ativamente do debate sobre a reforma tributária, que tramita no Congresso. A expectativa da Associação é fortalecer a colaboração com o Poder Público. "A AMIES é um espaço de amplo diálogo, onde ideias são debatidas com o objetivo de transformar com excelência o setor educacional, com ética e responsabilidade social. Temos muito a colaborar com as discussões no setor", salientou o presidente da AMIES, Moses Rodrigues.



## Procura por financiamento estudantil cresce 38% no primeiro semestre de 2023



A busca por financiamento estudantil cresceu 38% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2022. Esse é o resultado de um levantamento realizado pela plataforma Pravalter, destinada a facilitar o acesso ao crédito estudantil. Esse panorama une os dados divulgados pelo Ministério da Educação sobre o Financiamento Estudantil (Fies) e informações de 500 instituições que integram cinco grandes grupos de ensino superior privado.

O quadro mostra ainda que os cursos da área de saúde são os mais procurados, com exceção de direito, que ocupa o primeiro lugar no financiamento ofertado pelas IES privadas, seguido de psicologia, enfermagem, medicina, medicina veterinária e odontologia. No Fies, os mais buscados são medicina, direito, enfermagem, odontologia, psicologia e fisioterapia.

"O setor privado é responsável pela massificação do ensino superior. Para atender à demanda dos estudantes e facilitar o acesso à educação superior é preciso ampliar a cooperação entre o Poder Público e iniciativa privada. Essa parceria passa necessariamente por políticas como o Prouni e o Fies", ressaltou o presidente da

AMIES, Moses Rodrigues.

Nesse sentido, a AMIES tem defendido a [revisão no aporte](#) das instituições para o Fundo Garantidor do Financiamento Estudantil (FG-Fies), especialmente para as mantenedoras que entraram no sexto ano de adesão ao Novo Fies.

O tema, inclusive, foi tratado em reunião extraordinária da AMIES no mês de junho. A Associação defende que a limitação do aporte seja fixada em 16,5%, que corresponde ao percentual médio aplicado entre o segundo e o quinto ano de adesão ao programa, conforme previsto na Resolução FNDE 20, de 30 de janeiro de 2018. O MEC ainda estuda qual percentual irá propor no conjunto de alterações do Fies que será levado para apreciação do Congresso Nacional, por meio de Medida Provisória ou de Projeto de Lei com Urgência Constitucional. "Entendemos que a edição de MP é mais adequada, tendo em vista a maior celeridade de sua tramitação", explicou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros.

A expectativa do setor educacional é de que o MEC revise as regras do Fundo, evitando prejuízos irreparáveis às instituições privadas e a redução do acesso ao ensino superior.

## MEC aumenta o teto do Financiamento Estudantil para cursos de medicina

O Ministério da Educação, por meio do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil, aumentou o teto para os cursos de medicina. Em [resolução](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de junho, o CGFies estabeleceu em R\$ 60 mil o valor máximo semestral a ser financiado. Até então, o valor máximo era de R\$ 52.805,66. Para os demais cursos financiados pelo programa, o teto semestral permanece em R\$ 42.983,70.

O valor diferenciado para o curso de medicina passou a vigorar no segundo semestre de 2022, quando o MEC anunciou um aumento de 22,8% para o financiamento da graduação. Com o novo valor, que valerá tanto para os novos contratos quanto para os financiamentos já contratados, os estudantes poderão financiar até R\$ 10 mil por mês.

No Fies, os valores são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) diretamente às instituições de ensino superior. Os estudantes só começam a pagar o financiamento após a conclusão do curso.



## MERCADO

» **Yduqs** entra no mercado de cursos técnicos. Companhia vai usar a estrutura da Estácio, o que reduz os investimentos, para ministrar as aulas que começam já em agosto.

» A Universidade Veiga de Almeida (UVA) abre curso de **medicina**, após receber autorização do MEC. A graduação também atrai o setor de hospitais, que tem interesse em ofertar cursos de medicina.

» **AC Camargo e Cogna** terão pós-graduação em oncologia, especialidade da medicina que mais cresce devido à alta incidência de casos no país. Hospital e grupo educacional se unem para ofertar cursos, em meio a aumento da concorrência.

» Estamos vendo crescimento expressivo no segmento de educação continuada, diz Virgilio Gibbon, da **Afya Educacional**. O grupo continua olhando aquisições para completar o plano de expansão traçado até 2026.

» A *startup* de educação **Galena** mudou o direcionamento do seu negócio diante do aumento do desemprego e adquiriu da Arco Educação outra *startup*, a Edupass, que é um *marketplace* com 150 mil cursos e 220 mil funcionários de diferentes empresas cadastrados.

» Na pandemia, **Grupo A** diversificou e foi buscar novos clientes para cursos *on-line*, como hospitais.

## Seres autoriza a ampliação de vagas de direito e medicina para o Prouni



A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) autorizou a ampliação prévia do número de vagas anuais dos cursos de direito e medicina para o ano de 2023, exclusivamente para fins do Programa Universidade para Todos (Prouni).

A **portaria 144**, de 14 de junho de 2023, corrige uma alteração feita no ano passado na legislação do programa. Acontece que o decreto 5.493, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a Lei do Prouni, já permitia a adição das bolsas concedidas por meio do programa às vagas já autorizadas pelo MEC para cada curso. Em julho de 2022, por meio do decreto 11.149, o governo incluiu um parágrafo único no artigo 11 do decreto 5.493, exigindo uma autorização prévia da Seres para haver a ampliação das vagas nos cursos de direito e medicina. Desde então, o setor educacional aguardava o posicionamento

da Secretaria.

Vale lembrar que o aumento das vagas deve seguir o normativo: em observância estrita ao número de bolsas integrais e parciais obrigatórias efetivamente oferecidas pela IES, após eventuais permutas de bolsas entre cursos e turnos, desde que efetivamente ocupadas; e excepcionalmente, para recompor a proporção entre bolsas integrais e parciais originalmente ajustada no termo de adesão, única e exclusivamente para compensar a evasão dos estudantes vinculados ao Prouni.

"A portaria 144 da Seres/MEC trata exclusivamente das vagas do Prouni para 2023. Portanto, espera-se que seja editada uma nova portaria que estabeleça em definitivo a autorização prévia, retomando o que já era praticado desde o início do programa", salientou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros.

## APCN: pedidos de reconsideração devem ser enviados até o dia 6 de julho à Capes

A Capes divulgou os **resultados** do primeiro conjunto da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) após a análise do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTCES). Pela Plataforma Sucupira, as instituições de ensino su-

perior e pesquisa têm acesso às fichas de avaliação e podem enviar pedidos de reconsideração até o dia 6 de julho. As propostas que ainda não foram analisadas pelo colegiado serão avaliadas ao longo do ano, seguindo o calendário das reuniões.

# AMIES defende alíquota de 10% para setor educacional

A AMIES tem participado ativamente das discussões acerca da reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. A ideia é garantir que o setor educacional seja tratado de forma diferenciada, para garantir o desenvolvimento do país, especialmente pela manutenção de programas de ensino superior.

A Associação tem defendido que a carga de impostos para o setor de educação seja estabelecida no patamar de 10%, que é a média que as instituições de educação básica e superior têm arcado atualmente com PIS, Cofins e ISS, havendo ainda a possibilidade de deduções compensatórias para reduzir mais esse percentual. O relator da proposta na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeira,



Natallyia Vaitkevich/Pexels

ro, garantiu ao presidente da AMIES, Moses Rodrigues, a alíquota de 12,5%.

A Associação seguirá em conversa com parlamentares para assegurar um percentual menor de tributação para o setor. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, agendou a apreciação em plenário para a primeira semana de julho. A expectativa é concluir a

votação antes do recesso parlamentar, previsto para 18 de julho. Para ele, a proposta precisa levar em consideração especificidades de setores para ser aprovada pelos parlamentares. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também está otimista e acredita que a reforma será aprovada na Casa ainda no segundo semestre deste ano.



O Senado aprovou a medida provisória que relançou o programa Mais Médicos. O texto prevê, entre outros pontos, a dispensa da revalidação de diploma para médicos estrangeiros nos primeiros quatro anos no programa e incentivos para a permanência dos inscritos. O texto inicial, elaborado pelo governo Lula em março, dispensava a necessidade de aprovação no Revalida, exame que autoriza o exercício da profissão médica no Brasil, por até oito anos no programa. Como a proposta já passou pela Câmara dos Deputados, seguiu para a sanção presidencial.



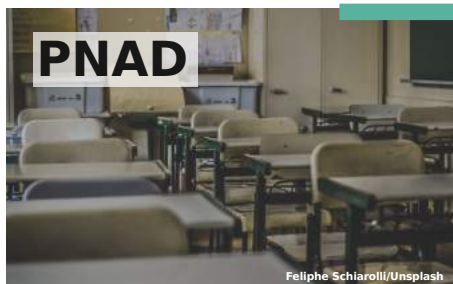
A [portaria 1.051](#) do Ministério da Educação regulamenta a revalidação de diplomas de graduação expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros. As modificações têm como base uma resolução de 2022 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), que trouxe mudanças ao trâmite dos processos de revalidação dos diplomas estrangeiros de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos de ensino superior de outros países.



A partir do ano que vem, o Brasil assume a presidência do G20 - grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia - e o Ministério da Educação estará à frente do Grupo de Trabalho em Educação. De acordo com o ministro Camilo Santana, a formação dos professores e a valorização docente serão os temas prioritários. Entre as propostas iniciais para o próximo ano está a criação do Prêmio G20 Educacional, que reconhecerá experiências locais exitosas e permitirá aprofundar o debate sobre a implementação de medidas de engajamento comunitário.



A Comissão de Educação do Senado aprovou proposta que possibilita a contratação de crédito do Fies por estudantes de cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado). O projeto de Lei 4.308/2019, do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), recebeu relatório favorável da senadora professora Dorinha Seabra (União-TO). O texto seguiu para votação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda designação de relator.



Quase um quinto (18%) dos jovens entre 14 e 29 anos não frequentavam escola ou não tinham completado o ensino médio em 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua [Educação 2022](#), divulgada pelo IBGE. Ao todo, existiam 9,5 milhões de jovens nesta situação no país no ano passado. São pessoas que nunca frequentaram a escola ou a abandonaram antes da conclusão do ensino médio.

## Seres publica procedimentos para renovação de reconhecimento de graduações avaliadas em 2021

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) tornou públicos os [procedimentos](#) para renovação de reconhecimento de cursos superiores inseridos no ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) de 2021. Os parâmetros valem para as modalidades presencial e à distância e têm como base o Conceito Preliminar de Curso (CPC), divulgado em março deste ano. No Enade 2021 foram avaliados 17 licenciaturas, 10 bacharelados e três cursos superiores de tecnologia.

Para fins de procedimentos do ato autorizativo, os cursos foram enquadrados em três grupos, que levam em consideração o conceito obtido na ava-

liação, eventuais alterações na denominação e demais medidas de supervisão.

O despacho ressalta ainda que os parâmetros definidos se aplicam somente aos cursos que se encontravam reconhecidos no Cadastro e-MEC em 31 de dezembro de 2021. Os cursos reconhecidos em momento posterior terão os atos renovados somente no próximo ciclo. Já as graduações que tiveram aplicação do Enade 2021, que não têm ato ou processo de reconhecimento e que possuem data de início anterior a 2017, serão considerados como irregulares por ato vencido até que a instituição de ensino superior protocole o processo para reconhecer ou para extinguir a oferta.

## MEC realiza seminários sobre ensino superior no país

O Ministério da Educação deu início aos seminários Seres em Diálogo. O primeiro encontro tratou sobre as políticas, dinâmica e desafios da educação superior no Brasil e contou com a palestra da professora Clarissa Eckert Baeta Neves, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aberto para a comunidade do MEC, o ciclo de seminários acontecerá mensalmente, até dezembro, e abordará temáticas afinadas com as atribuições da Seres e com a educação superior em geral, como crescimento da oferta e qualidade

da educação à distância, desigualdades de oportunidades educacionais, tomada de decisões estudantis e dispositivos de distribuição de vagas na educação superior, egressos e inserção no mercado de trabalho, modelos institucionais na América Latina e avaliação da educação superior.



### EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Ricardo Benedito de Oliveira | Diretor administrativo: Alexandre José Braga Chaddad | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Arleide Costa de Oliveira Braga | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).